

REUNIAO DO COMITE FACILITADOR DA PLATAFORMA

Brasília, 15 de dezembro de 2011

Presentes:

GOV: Maria Victoria Hernandez (SG/GAB), Laís de Figueirêdo Lopes (SG/GAB), Diogo Santana (SG/GAB), Pedro de Carvalho Pontual (SG/SNAS), José Eduardo Romão (CGU), Aldino Graef (CC/SAG), Adriana Mendes Oliveira (MPOG), Enid Rocha Silva (MPOG), Waldemar Carvalho Junior (AGU), Fernanda Alves dos Anjos (MJ), Ivelise Carla Vinhal Calvet (MJ), Cláudia Wehbe (MF), Isamara Barbosa Caixeta (MF), Sabrina Maciel (MF), Fábio Sá e Silva (IPEA) e Felix Garcia Lopez (IPEA);

OSC: Vera Masagão (Abong), Daniel Rech (UNICAFES), Anna Cynthia Oliveira (GIFE), Eliana Bellini Rollemberg (CESE/CLAI-BRASIL), Manoel Alves (CEBRAAF), Sílvio Santana (Fundação Esquel), Adriana Ramos (ISA), Aldiza Soares da Silva (Fundação Esquel), Sandra Marinho Costa (FENAPAE), José Antônio Moroni (INESC), Welinton Pereira (Visão Mundial), Henrique Lian (Instituto Ethos) e Gislei Knierim (CONCRAB/ MST); e

Observador: Nelson Arns Neumann (Pastoral da Criança).

Pauta:

Manhã

10:00 – Abertura, aprovação da pauta e apresentação de informes gerais

10:30 – Comunicado IPEA 123 – transferências federais a entidades privadas sem fins lucrativos (1999-2010)

Apresentação: Fábio de Sá e Silva – Técnico de Planejamento de Pesquisa e Chefe de Gabinete da Presidência do IPEA

11:15 – Proposta de metodologia de trabalho dos subgrupos e data da próxima reunião (19/01/2012)

13:00 – almoço

Tarde

14:30 – Reunião dos Subgrupos de Trabalho - Ala B do Anexo I, do Palácio do Planalto

 Acreditação – Coordenação MJ - Sala 101

 Responsabilização – Coordenação CGU - Sala 101

 Contratualização – Coordenação Casa Civil – Sala 109

 Fortalecimento Institucional – Coordenação SG – Sala 105

18:00 – Encerramento

Composição Subgrupos:

1) DIAGNÓSTICO E SISTEMATIZAÇÃO (Compilação de normas, dados, estudos e diagnóstico)

GOV: **MJ (Coordenador)**, AGU, IPEA e SG

OSC: **Esquel (Articulador)**

2) FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL (Fomento público, privado e internacional, sustentabilidade, capacitação e acesso à informação);

GOV: **SG (Coordenador)**, Fazenda e Casa Civil

OSC: Ethos, ABONG, CESE, CLAI, Visão Mundial, **Esquel (Articulador)**, e GIFE

3) RESPONSABILIZAÇÃO (Mecanismos de governança, transparência, prestação de contas, controle, autoregulação e participação do beneficiário);

GOV: CGU (**Coordenador**), SG e MPOG

OSC: INESC, **GIFE (Articulador)**, CONCRAB e ESQUEL

4) ACREDITAÇÃO E RECONHECIMENTO (Diversidade dos modelos de acreditação existentes - certificação, qualificação e autorização - , funções e critérios); e

GOV: MJ (Coordenador), SG (MDS, MEC, MS)

OSC: FENAPAES, UNICAFES (Articulador), CEBRAF e ESQUEL

5) CONTRATUALIZAÇÃO (Modalidades de contratualização, formas de repasse de recursos públicos e o modelo de procedimentos x modelo de resultados)

GOV: **Casa Civil (Coordenador)**, AGU, MPOG, MJ, CGU, Fazenda e SG

OSC: ISA, Cáritas, **ABONG (Articulador)**, MAB e ESQUEL

Aprovação da Pauta e Informes

Iniciou-se a reunião com a aprovação da pauta e passou-se aos informes. Foi apresentado o incômodo do Comitê Facilitador da Plataforma em relação a não renovação do convênio do MDS com a ASA e foi solicitado para os representantes do Governo que verificasse a possibilidade de uma audiência com o Ministro Gilberto Carvalho para apresentação da nota e fazer uma conversar sobre o assunto. A SGPR sabendo desse acontecimento colocou na pasta de todos os participantes da reunião do GT a nota do MDS esclarecendo que o seu posicionamento não é de ruptura, mas uma proposta de ampliação da parceira. Foi esclarecido que hoje não há pauta mais importante que essa para o Comitê Facilitador da Plataforma.

Comunicado IPEA 123 – transferências federais a entidades privadas sem fins lucrativos (1999-2010)

Como o comunicado do IPEA foi enviado para todos os integrantes do GT não foi disponibilizado cópias impressas.

Contexto e problemas de pesquisa

- Intensos debates sobre a execução de políticas federais em parceria com OSCs;
- Medidas administrativas austeras, como o Decreto n. 7.568/2011;
- Convocação de um debate sobre o “marco legal” do setor;

Entretanto...

- Falta clareza sobre a dimensão e o sentido da relação entre Estado e OSCs;
- Questão básica, porém que até agora não tem sido abordada nos debates: *Qual o lugar que as OSCs ocupam na alocação de recursos públicos?*

Metodologia

- “Follow the money”;
- Sistematização de dados sobre transferência de recursos para OSCs entre 1999-2010, com base em diferentes critérios e variáveis orçamentárias;
- Fontes: Orçamento Brasil e Siga Brasil, todos alimentados pelo SIAFI;
- Foco: “Modalidade 50”, recursos *federais* repassados a ESFLs. Não foram considerados, portanto, os recursos repassados por estados e municípios às OSCs.

Achados (I): Diante da proporção de recursos repassados às ESFLs no orçamento anual como um

todo – especialmente quando comparada com transferências a entes subnacionais e com a expansão dos gastos orçamentários globais ao longo do período analisado –, verifica-se que essa forma de repasse tem peso discreto e decrescente no orçamento *federal*.

Achados (II): Há diversificação e possível reconfiguração na relação entre Estado e ESFLs nas políticas federais. Áreas que já foram monopólio do Estado ou do mercado passam a contar com a atuação das ESFLs; áreas que foram fortemente marcadas pela atuação da sociedade civil, como assistência, têm participação governamental cada vez maior.

Achados (III): Diagnóstico e análise mais precisos sobre o perfil e o destino das transferências requer investimento em desagregar, compilar novos dados e construir novas tipologias. Entretanto, os dados já prestam grande contribuição para controle público e social das transferências a ESFLs no âmbito do governo federal. A maior parte dos recursos pode ser fiscalizada, seja porque é canalizada para um universo relativamente pequeno de instituições, seja porque as fundações privadas devem ser fiscalizadas pelos Ministérios Públicos, conforme disposto no artigo 66 do Código Civil brasileiro.

Desafios analíticos

- ⤴ Em que condições, com que objetivos e por quais meios os gestores e as ESFLs escolhem celebrar parcerias?
- ⤴ Que órgãos/programas fazem mais parceria? Que instrumentos mobilizam?
- ⤴ O que essas parcerias envolvem?
- ⤴ São, de fato, parceria?
- ⤴ Ação pode ser “suplementar”, “complementar” ou “substitutiva”?
- ⤴ Como a conhecida diversidade do mundo das OSCs rebate na relação entre estas e o poder público?
- ⤴ OSCs podem ser de “controle social”, “entrega de serviços” ou “advocacy”?
- ⤴ Quais os incentivos instituídos?
- ⤴ Até março de 2012, o Ipea terá conclusões sobre estes desafios;

Considerações finais

- A discussão sobre o “marco legal” para a parceria entre Estado e OSCs implica uma [re]definição das fronteiras entre Estado, mercado e sociedade;
- Em diversos setores, a “escolha” por cooperar ou não é severamente limitada por fatores históricos ou conjunturais o Políticas relevantes são assim conduzidas por falta de pessoal ou instrumentos no âmbito do Estado, sobretudo ao nível dos estados e municípios;
- Deve-se buscar blindar as interfaces entre Estado e sociedade de vícios históricos da formação brasileira, como o clientelismo e o patrimonialismo, mas deve-se também reconhecer que a parceria entre Estado e OSCs na execução das políticas públicas pode oferecer ganhos democráticos. Ex.: criatividade, capilaridade e proximidade;
- “Menos sociedade” também pode trazer problemas, como mercantilização ou insulamento burocrático das políticas públicas;
- O importante é que essa reflexão seja *bem informada*;

Decidiu-se focar a apresentação nas manifestações que houveram em relação ao comunicado e também na experiência com a imprensa. Houve discussão sobre como tornar o debate mais preciso. Representante do IPEA conta como foi a experiência de apresentar os dados em coletiva de imprensa realizada no último dia 9 de dezembro, explanando sobre a repercussão decorrente.

Proposta de metodologia de trabalho dos subgrupos e data da próxima reunião (19/01/2012)

A ideia é que cada subgrupo eleja pelo menos três prioridades para o plano de ação do GT. A priorização deve levar em conta o prazo inicial de 90 dias e a exequibilidade das propostas que estejam sob governabilidade do GT. O que for de curto prazo será prioritário, de médio prazo dependerá de outras ações e deve ser concluído antes de terminar o GT e de longo prazo deve se

estender após o término do grupo.

SUBGRUPO DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

(Fomento público, privado e internacional, sustentabilidade, capacitação e acesso à informação)

GOV: **SG (Coordenador)**, Ministério da Fazenda e Casa Civil

OSC: Ethos, ABONG, CLAI, Visão Mundial, **Esquel (Articulador)** e GIFE

PLANO DE AÇÃO

CURTO PRAZO

Comunicação: propostas de novos eventos (Proposta 23)

- Realizar encontros com a mídia tradicional e novas mídias (blogueiros), empresas, personalidades, formuladores de opinião. Dar visibilidade ao tema sob ponto de vista das realizações (positivo);
- Propor agenda sobre o marco regulatório das OSCs no Fórum Social Mundial em Porto Alegre em janeiro de 2012 e na Rio + 20. Diálogos para incluir o tema de maneira transversal;
- Articular a realização da segunda edição do Seminário Internacional Marco Regulatório das OSCs, com participação de mais países, ao final dos trabalhos do grupo.

Tarefas até 19/01/12

- Entidades articulam presença do governo no FSM;
- Governo chama reunião com especialistas da área de novas mídias – Sérgio Amadeu;
- Ethos faz levantamento sobre veículos tradicionais de comunicação e meios de pautar o tema sob viés positivo.

MÉDIO PRAZO

Comunicação: consulta colaborativa na internet (Proposta 24)

- Implementar mecanismo virtual de consulta colaborativa e fórum aberto de debates, a exemplo da consulta em torno do marco civil da internet (“Consulta Colaborativa” é um mecanismo virtual interativo para ampliar a participação social, com espaço na web para sistematizar, socializar e trocar conteúdos sobre o tema).

Tarefas até 19/01/12

- Subgrupo deve elaborar um texto base de diretrizes da atuação do GT. SG prepara primeira minuta;
- SG chama reunião com técnicos de TI para levantar eventuais entraves técnicos. Ethos e Esquel participam.

Questões institucionais: capacitação de servidores públicos, incluindo assessores jurídicos, para lidar com o relacionamento intersetorial, seu ambiente regulatório e a transparência (Proposta 10)

Questões institucionais: capacitação gestores de OSCs para aperfeiçoar transparência e prestação de contas (Proposta 11)

- Realizar levantamento de iniciativas governamentais de capacitação na área de gestão e experiências na sociedade civil. Reuniões devem ser realizadas com ENAP, Escola da AGU, entre outros atores para formatar um programa de formação continuada para gestão pública democrática e organizações da sociedade civil, voltado para gestores públicos e de OSCs.

Tarefas até 19/01/12

- SG faz reunião com Planejamento para mapear iniciativas no governo;
- SG contata ENAP e Escola da AGU;
- Entidades apresentam mapeamento das iniciativas nas OSCs.

Questões orçamentárias: diferenciação do destino dos repasses da modalidade 50 (transferência voluntária) (Proposta 14)

- Discutir a criação de subcategorias diferenciadas do destino de repasses na modalidade 50 da LDO, com objetivo de dar transparência à destinação dos repasses voluntários de recursos públicos.
- Acesso democrático a recursos – a lógica da prestação de contas é repassada para pequenas entidades. Analisar que mecanismos existem para aprofundar essas discussões sobre os mecanismos de diferenciação de prestação de contas para repasses abaixo de 100.000,00.

Tarefa até 19/01

- SG chama reunião com Planejamento para elaboração de proposta.

LONGO PRAZO (Sem consenso entre entidades e governo) Sustentabilidade das OSCs (Propostas 15-22)

- Discutir a desoneração da folha de pagamento para OSC, com vistas à redução da carga tributária;
- Discutir a criação de fundos públicos;
- Propor mecanismo simplificado de repasse de recursos de OSCs para entidades de menor estatura no caso de pequenos projetos;
- Discutir a facilitação da sustentabilidade de OSCs através de incentivos a doações de pessoas físicas e jurídicas.

Tarefa

- OSCs apresentam propostas para análise do governo.

10

SUBGRUPO DE RESPONSABILIZAÇÃO

(Governança e Accountability, mecanismos de transparência, prestação de contas, controle, autoregulação e participação do beneficiário)

GOV: CGU (Coordenador), SG e MPOG

OSC: INESC, GIFE (Articulador), CONCRAB e ESQUEL

PLANO DE AÇÃO

CURTO PRAZO

Prestação de contas: examinar possibilidade de unificação de entendimento, diversificação de procedimento de acordo com valor e complexidade do produto (Proposta 37- vide 28 e 35)

- Definir tipos diferentes de prestação de contas (mais completas -- por exemplo com auditoria -- e mais simples -- por exemplo sem exigência de determinados documentos) diretamente relacionados à ponderação das seguintes variáveis (rol exemplificativo): nº de entidades parceiras + grau de institucionalidade (impossibilidade de realização de documentos e de registros contábeis) + valor do repasse + amplitude do atendimento e natureza territorial (incluindo níveis federativos, extensão, etc.) + perfil do público.

Tarefa até 19/01/12

- A definir.

MÉDIO PRAZO

Fomento à cultura de transparência - implementação da Lei de acesso a informações (Proposta 41)

- Aprimorar o Portal da Transparência com inclusão do "nome fantasia" (denominação usual ou popular) e inclusão de campo para análise sobre eficiência, eficácia e efetividade (outras manifestações diferentes de denúncias). Transparência ativainterativa: AP "provoca" o cidadão (por exemplo, por SMS grátis) para que ele avalie os serviços utilizados (pós-venda). O cidadão será provocado a avaliar os serviços utilizados.
- Utilizar o CNEs/MJ para divulgação de balanço social (contendo indicadores de avaliação, com destaque de satisfação), ainda que não haja utilização de recursos públicos (atendendo às exigências da Lei 12.527/11).
- Unificar as fontes de informação tanto para encaminhamento de balanços/prestações quanto para acesso dos cidadãos.

LONGO PRAZO

Divulgar boas práticas: estimular registro de trabalhos e avaliações realizadas (Proposta 45)

- Chamamento público: considerar/valorizar a participação direta dos beneficiários como critério para seleção + consorciamento de OSCs na proposição de parceria (podendo AP sugerir conjunção) + inclusão das OSCs não selecionadas no processo na execução da parceria como forma de compartilhar conhecimentos e socializar informações + integração com outras políticas e programas prioritários.

SUBGRUPO DE ACREDITAÇÃO E RECONHECIMENTO

(Diversidade dos modelos de acreditação existentes - certificação, qualificação e autorização - funções e critérios)

GOV: MJ (Coordenador), SG (MDS, MEC, MS)

OSC: FENAPAES, UNICAFES (Articulador), CEBRAF e ESQUEL

PLANO DE AÇÃO

CURTO PRAZO

Revisão da classificação dos códigos dos tipos societários das OSCs na CONCLA/MPOG (ver possibilidade de incluir tipo organizações estrangeiras) (Proposta 01)

Esclarecimento da Proposta: Cooperativas e empreendimentos de Economia Solidária pelo CONCLA/MPOG (Receita e CEF adotam essa classificação); essas organizações não devem ser entendidas como Sociedade Empresarial (com fins lucrativos).

- Criação de uma nova modalidade de Classificação de pessoas jurídicas e adequação da atividade econômica no Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE na CONCLA - Comissão Nacional de Classificação.

Tarefas até dia 19/01

- 1) Por meio da representante do MPOG no GT, solicitar a realização de estudo sobre viabilidade;

- 2) Apresentação de proposta pela Sociedade Civil;
- 3) Marcar reunião do subgrupo com o CONCLA/MPOG. Pontos Focais: Fernanda/Laís e Daniel - até 19 de janeiro de 2012.

Sistema de certificação gerenciado pelo MJ: revogar declaração de utilidade pública federal (Proposta 02)

- Estudo de impactos da revogação.

Tarefas até dia 19/01/12

- 1) MJ encaminhará por e-mail versão preliminar;
- 2) Após análise, realizar estudo de migração para novos títulos;
- 3) Caso seja assim entendido, elaborar PL de revogação da declaração de utilidade pública federal.

Sistema de certificação gerenciado pelo MJ: aperfeiçoar a Lei das OSCIPs (qualificação) (Proposta 03)

- Aprofundar a discussão conceitual sobre modelos, impactos etc em OFICINA TEMÁTICA específica, com questões como: o que significa "acreditar"; discutir e propor melhor modelo de acreditar; avaliar se a acreditação deve ser vinculada à contratualização; cabe pensar em mecanismos de acreditação para os distintos mecanismos de repasse de recursos pelo Estado?; como envolver os Conselhos de Políticas Públicas? Após entendimentos, pactuar consensualmente modelo (s).

Tarefas até 19/01/12

- SG/PR e MJ apresentam proposta metodológica da Oficina no dia 19 de janeiro.

MÉDIO PRAZO

Definir níveis diferenciados de regulação, conforme a relevância do interesse público promovido, grau de acesso a recursos públicos e o porte do projeto/OSC (Proposta 09)

- Discussão deve ser decorrente da discussão sobre a relevância da acreditação, a ser tratada em oficina temática.

Sistema de certificação gerenciado pelo MDS, MS e MEC: desvincular o CEBAS da imunidade tributária a contribuições sociais (Proposta 04)

- Diante da existência de grupos de trabalho no governo que tratam do tema de forma mais específica referente à Lei 12.101/09 (Nova Lei da Filantropia), um coordenado pela AGU sobre entendimentos e interpretações geradas pela legislação vigente e outro pelos Ministérios setoriais junto com a Casa Civil, realizar reuniões sobre o tema para verificar o andamento dos trabalhos e solicitar que, em alguma das reuniões do GT, possam apresentar seus resultados.

Legislação para Organizações Estrangeiras – Médio prazo

Existem duas situações:

- 1) Organizações estrangeiras que pretendem atuar no Brasil
 - Necessidade de aprofundar o debate conceitual sobre esse tema.
 - Verificar a existência de uma proposta que define os procedimentos da atuação
- 2) Organizações Brasileiras com atuação no exterior
 - Definir critérios para organizações brasileiras que pretendem atuar no exterior.
 - Alterar CTN art. 14 e Lei 9532/97 – art. 12 e 15.

LONGO PRAZO

Outros certificados e registros existentes na legislação federal (Proposta 8A)

- Mapear a existência de outros títulos/certificados sociais para produzir análise.

Possibilidade de política sobre o tema que envolva estados e municípios (Proposta 8B)

- Estudar a possibilidade de construir uma Política Nacional de Cooperação Estado - Sociedade, em articulação federativa, em relação ao tema da acreditação.

SUBGRUPO DE CONTRATUALIZAÇÃO

(Modalidades de contratualização, formas de repasse de recursos públicos e o modelo de procedimentos x modelo de resultados)

GOV: **Casa Civil (Coordenador)**, AGU, MPOG, MJ, CGU, Fazenda e SG

OSC: ISA, Cáritas, **ABONG (Articulador)**, MAB e ESQUEL

PLANO DE AÇÃO

CURTO PRAZO

Uniformização de entendimentos: (i) autorização de pagamento no âmbito dos repasses, de despesas com salários de empregados e respectivas verbas rescisórias (Proposta 31)

- Encaminhar questão à Comissão Gestora do SICONV e aos órgãos envolvidos. Legislação existente define prestação de contas específica.

Tarefas até 19/01/12

- Realizar reunião entre órgãos envolvidos, especialmente a AGU, para sugestão de instrumento de uniformização.

Uniformização de entendimentos: (ii) possibilidade de pagamento de despesas administrativas (Proposta 32)

- Encaminhar questão à Comissão Gestora do SICONV e aos órgãos envolvidos. Legislação existente fala em 10% mas não tem sido aceito.

Tarefas até 19/01/12

- Realizar reunião entre órgãos envolvidos, especialmente a AGU, para sugestão de instrumento de uniformização.

Uniformização de entendimentos: (iii) desnecessidade de contrapartida financeira (Proposta 33)

- Encaminhar questão à Comissão Gestora do SICONV e aos órgãos envolvidos. Portaria 507/11 vigente atualmente define contrapartida financeira obrigatória.

Tarefas até 19/01/12

- Realizar reunião entre órgãos envolvidos, especialmente a AGU, para sugestão de instrumento de uniformização.

Mecanismo simplificado para apresentação de notas fiscais no SICONV (P.ex.: em bloco) (Proposta 28B)

- Estudar possibilidade junto à Comissão Gestora do SICONV.

Tarefas até 19/01/12

- Realizar reunião entre órgãos envolvidos.

Soluções imediatas para questões recorrentes (Proposta nova)

- Analisar o que pode ser feito em relação ao descumprimento dos prazos para repasse de recursos por parte do governo.

Tarefas até 19/01/12

- Realizar reunião entre órgãos envolvidos, especialmente a AGU.

MÉDIO PRAZO

Canal de denúncia de corrupção: de abusos na fiscalização ou de desvio de finalidade das organizações ou de objeto de instrumentos de repasses de recursos públicos (Proposta 30)

- Estabelecimento de Ouvidoria no âmbito da Secretaria Geral da Presidência da República.

LONGO PRAZO

Instrumento de Contratualização com o Estado (ver Convênios, Termos de Parceria, anteprojeto de contrato público de colaboração – Comissão de Juristas/MPOG) (Proposta 26-27)

- Discussão de novos instrumentos para modalidades de relação governo / sociedade: subvenção, parceria e apoio a projetos.

Observa-se que as propostas apresentadas tem uma linha de consenso e serão levadas ao Ministro Gilberto Carvalho. Importância do GT estar presente no Fórum Social Mundial: lá haverá dois momentos em que o governo pode participar: um como convidado e também pode propor algum evento paralelo.

Encaminhamentos gerais:

⤴ Solicitou ao Comitê Facilitador da Plataforma que encaminhasse a nota sobre o cancelamento do convênio MDS/ASA para o email sggabinete@presidencia.gov.br e para o victoria@presidencia.gov.br

⤴ Foi solicitado apoio do GT para a indicação de novas pessoas para ajudar nos trabalhos dos subgrupos.

⤴ Próxima reunião do GT fica agendada para o dia 19 de janeiro de 2012 – quinta-feira

⤴ Cada subgrupo tem suas tarefas individuais

⤴ Como algumas questões são muito similares e pode haver sobreposição de trabalho, sugere fazer uma releitura e re colocação das questões.

⤴ Mandar a lista com nomes e e-mails dos participantes dos subgrupos.

⤴ Se alguém precisar incluir algum outro email na lista do grupo pode enviar mensagem solicitando a inclusão.